



Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, QUINTA FEIRA, 22 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 73ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel, e Accioly Netto.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (53).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 40/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 07/75, que aprova o Termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 07/75

É encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável, nos termos do do Projeto de Resolução anexo.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicitar que a V. Exa. providenciasse para que o relógio deste plenário, que rege os trabalhos desta Casa, fosse acertado, eis que está adiantado.

O SR. PRESIDENTE — Retifique-se o relógio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 28, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1975. (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (53).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 69, 70, 71 e 72/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido VETADOS INTEGRALMENTE, os Projetos de Lei nºs:

117/73: Do Senhor ex-Deputado JOÃO CALIL FADEL, que visa criar uma Faculdade de Veterinária, com sede e fero na cidade de Castro. — À C.C.J.

406/68: Do Senhor ex-Deputado ROBERTO WYPYCH, que visa criar um Posto Agropecuário, com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, na sede do Município de Cascavel. — À C.C.J.

19/74: do Senhor ex-Deputado HAROLDO BIANCHI, que visa criar na Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Jacarezinho, os Cursos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino. — À C.C.J.

97/73: Do Senhor ex-Deputado OLAVO FERREIRA, que visa autorizar a doação à Fundação Universitária Estadual de Londrina, da Fazenda Experimental de Criação, da Secretaria de Estado da Agricultura, localizada no município de Ibiporã. — À C.C.J.

Sob o nº 174/75, do Senhor Deputado Federal FÁBIO FONSECA, Presidente da Comissão de Saúde, comunicando a realização nos dias 22 a 25 de junho do corrente ano, do I Simpósio Nacional de Medicamentos e Indústria Farmacêutica, que pretende alcançar objetivos de prioridade de segurança nacional, no disciplinamento, racionalização, desenvolvimento da tecnologia industrial farmacêutica, culminando com uma Lei Orgânica, sobre medicamentos e indústria farmacêutica. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 162/75, do Senhor LUIZ CATARIN, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, comunicando a aprovação por aquele Legislativo Municipal de Requerimento de autoria do Senhor Vereador OSIRES LAMENHA DE SIQUEIRA, no qual comunica o clima de ordem, respeito e harmonia existente em Umuarama, com a permanência do Vice-Presidente Municipal DURVAL SEIFERT, no cargo de Prefeito, reencontrando novamente sua trilha: de desenvolvimento e progresso. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DAVID TATIM, ocorrido no dia de ontem, na cidade de Ponta Grossa.

Outrossim, solicita que se dê conhecimento à família enlutada da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental requeremos que se oficie à UNIÃO

DOS MUNICÍPIOS DA ALTA SOROCABANA, transmitindo os agradecimentos desta Casa por haver aquela entidade, que congrega 30 municípios paulistas da Alta Sorocabana, aprovado por unanimidade, em assembléia geral realizada na cidade de Piquetobi; proposição apresentada pelos Senhores: Eliseo Pereira da Silva, prefeito do município de Tarabay e, Pedro Camilo Nogueira, presidente da Câmara de Vereadores do mesmo município; solicitando que aquela Associação enviasse moção ao Governador Jayme Canet Júnior, de nosso Estado, solicitando prioridade para a construção e asfaltamento da RODOVIA MARINGÁ—COLORADO—SANTO INÁCIO. Outrossim, manifestar a alegria deste Poder pela disposição dos eminentes Prefeitos da Alta Sorocabana, ao se incorporarem conosco nesta luta reivindicatória pela implantação de uma rodovia de vital importância para o Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

Este Deputado, Sr. Presidente, participou, juntamente com diversos Vereadores da cidade de Maringá, da Assembléia geral ordinária, realizada pela União dos Municípios da Alta Sorocabana na cidade de Piquetobi, quando ocorreu a discussão e aprovação da referida moção ao nosso Governador. Sentimos na oportunidade a boa vontade, o cavalheirismo e a fidalguia das autoridades paulistanas daquela região ao nos recepcionarem. Observamos o entusiasmo manifestado por parte daquelas autoridades ao se irmanarem conosco nesta luta reivindicatória pela construção da Rodovia Maringá, Colorado, Santo Inácio.

Recebemos e, anexamos fotocópia, do Prefeito Walter Lemes Soares, de Presidente Prudente, que também é o presidente da União dos Municípios da Alta Sorocabana; cópia fiel do ofício encaminhado ao Governador Jayme Canet Júnior transmitindo o apelo daquela região no sentido da implantação da obra referida e, passando às mãos do Governo do Estado do Paraná a proposição assinalada.

“Palácio 19 de Dezembro”, 22 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, seja encaminhado ao presidente da Empresa Brasileira de Correios, Sr. Adiwald Cardoso, apelo no sentido de que seja instalada uma agência postal no município de Roncador.

Sendo o município de Roncador, um dos mais progressistas do Estado e apresentando um índice de crescimento digno de ser registrado, pois o mesmo conta com uma população de 20.000 habitantes, aproximadamente. Daí, a necessidade que se impõe de se dotar o município com uma agência postal, a fim de atender a população e o crescente progresso da região.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI —

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura — no sentido de serem estudadas as reais possibilidades e, de acordo com estas, criadas salas anexas ao ginásio estadual “Dario Vellozo”, da cidade de Toledo, como extensão para funcionamento nas vilas de Bom Princípio e São Luiz do Oeste, ambas naquele município, por entidade com o procedimento anterior da mesma Secretaria que criou salas ane-

xas do ginásio estadual de Assis Chateaubriand, como extensão a vilas desse município.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA

O assunto objeto deste apelo é de transcendental magnitude para as duas referidas comunidades, eis que de cada uma delas estão sendo obrigadas a freqüentar os estabelecimentos de ensino de Toledo e receber aulas diariamente algumas dezenas de jovens, em sua maioria crianças recém-saídas dos bancos do ensino primário, ou seja, do atual 4º ano do primeiro grau. Além de sacrifícios de outra ordem, o comparecimento diário a estabelecimentos distantes quinze, dezoito e mais quilômetros do lar, ainda acarreta sérios riscos, sejam advindos dos precários meios de transporte, sejam da insegurança em estradas por demais lamacentas nas épocas chuvosas.

Toledo é um dos municípios paranaenses cuja população estudantil vem dando sobejas provas de seu afã pelos estudos, com grande percentagem de alunos não resignados com a impossibilidade de irem além do 4º ano do primeiro grau. Tanto assim, que os ginásios e colégios da cidade e das vilas estão constantemente superlotados de alunos em todas as classes. Distritos já existem, como Vila Nova, Novo Sarandi, Nova Santa Rosa e Dois Irmãos, como São Pedro e Ouro Verde, conseguiram extensões do ginásio La Salle, de caráter particular. A São Luís do Oeste e Bom Princípio já se tornou difícil, pelo menos no momento, não só a obtenção de seu próprio ginásio, como até idêntica extensão de estabelecimento particular, uma vez que estes já não dispõem de condições para atender à demanda.

No município de Assis Chateaubriand vizinho, a situação era há pouco tempo a mesma de hoje em Toledo. Ali, porém, segundo estamos seguramente informados, foi posta em prática pela Secretaria da Educação e da Cultura, em boa hora e sensatamente, a medida que agora pleiteamos para Toledo: a criação de salas anexas do ginásio estadual como extensão e determinação das vilas do município.

O atendimento, pois, do presente apelo, além de se caracterizar pelo princípio de equidade e economia constitucional, viria como uma das medidas mais justas em resposta ao SOS da população estudantil das duas vilas em apreço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário seja encaminhado expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a instalação de uma agência da organização na sede do município de Guaraqueçaba, neste Estado, tendo em vista as necessidades resultantes do progresso que se verifica na região.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado ao Sr. Adiwald Cardoso Botto de Barros, DD, presidente da Empresa Brasileira de Correios, apelo no sentido de ser instalada, na sede do município de Iretama, uma agência postal.

O município de Iretama, um dos mais progressistas do

Estado, apresentando um índice de crescimento realmente digno de registro, conta com uma população de aproximadamente 15.050 habitantes, além de estar em situação de alcançar posição destacada na economia estadual, mercê do seu desenvolvimento agrícola. Daí a necessidade que se impõe de receber uma agência postal, a fim de não se ver truncado esse processo desenvolvimentista.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 61/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica revogado o parágrafo único do artigo 28 da Lei Complementar nº 2 — “Lei Orgânica dos Municípios”, de 18 de junho de 1973.

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando já se tem como certa a remuneração dos vereadores, cujo projeto de lei complementar já encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República estabelece que tais despesas não poderão ultrapassar de 3 por cento da receita efetivamente arrecadada, cresce em importância do preceito constitucional que determina a fixação do número de membros de nossas Câmaras Municipais.

Em verdade, a não observância do preceito constitucional poderá acarretar ao próprio município, em sua vida orçamentária, sérios e até irremediáveis transtornos, se permanecer ele sujeito a remunerar um número maior ou menor de vereadores do que o estabelecido nos limites da Constituição Estadual.

O problema que teria fácil solução, foi, entretanto, complicado, em parte, pela Lei Orgânica dos Municípios, a qual sem dar ao assunto uma solução aceitável extrapolou os limites de sua competência.

Com efeito, o artigo 107 da Carta Estadual, com fulcro no parágrafo 4º, inciso II, do artigo 15, da Constituição Federal (“o número de vereadores será no máximo 21, guardando proporcionalidade com o eleitorado do município”), foi claro ao dispor sobre a matéria pela forma seguinte:

“O número de vereadores, sempre impar, será fixado por lei, em proporção que não exceda de um para cada TRÊS MIL eleitores, não podendo ser inferior a NOVE nem superior a VINTE E UM”.

Acontece que a Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973 — Lei Orgânica dos Municípios, do tratar da matéria, no parágrafo único do artigo 28, após repetir no “caput” os preceitos constitucionais, foi muito longe ao estabelecer que:

“O número de Vereadores, em cada legislatura, será alterado, por lei estadual, de acordo com o disposto neste artigo, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Eleitoral Regional”.

Esse parágrafo foi fundamental ao Governador do Estado em suas razões, para vetar o projeto de lei nº 61/73, que pretendia fixar o número de Vereadores às Câmaras Municipais e adotar outras providências.

O referido projeto que submeteremos à deliberação desta Casa e dela mereceu aprovação integral, visava estabelecer a rea-

lidade constitucional quanto ao número de Vereadores às Câmaras Municipais, corrigindo as distorções existentes.

A fórmula encontrada, e que ainda hoje nos parece mais lógica e prática, para delegar às Câmaras Municipais, poderes para a declaração correta do número de seus membros, tem por objetivo valorizar o poder legislativo municipal. Sabe-se que outros Estados-membros adotaram igual processo, inclusive o Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto em foco, não obstante, foi vetado pelo Senhor Governador Emílio Gomes e as razões do veto sequer foram discutidas neste plenário.

Vetado em 12 de outubro de 1973, a proposição governamental deu entrada na Casa em 18/10/73, sendo despachada pelo Sr. 1º Secretário em 22/10/73, com encaminhamento à CCJ, que proferiu parecer em 19 de março do ano seguinte. Nessa altura, o veto já havia sido mantido por flagrante decorrência do prazo para sua apreciação.

Oportuno, pois, que se analise o fundamento principal da recusa, por parte do poder executivo, desse plano de lei.

Do confronto do antigo projeto com as disposições da lei Orgânica dos Municípios, parece inquestionável que o veto não apreciado tinha o seu lado, contudo, muito maior dose de razões, visto que, o texto da Lei complementar vedava o permissivo que atribuía competência às Câmaras Municipais, tornando-se partes ativas desse mecanismo constitucional.

Descabida, então, seria a apreciação do texto da lei complementar; ele teria que ser aceito tal qual se acha escrito.

Mas o citado parágrafo único do artigo 28, da Lei Complementar nº 2, restringiu o dispositivo constitucional impondo ao processo legislativo, sem necessidade, empêcos de ordem prática que tiram ao legislador a liberdade assegurada pelo texto da Carta Estadual.

Ou a Lei Orgânica resolvesse, de vez, o problema ou deixasse de antepor outras regras às já estabelecidas pela Carta Estadual, segundo a qual:

1º — "O número de vereadores ... será fixado por lei", não especificada ou restritamente.

Nem se fala na constituição que o número de vereadores será alterado, em cada legislatura, por lei estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelos T.R.E.

Evidentemente, o número de vereadores poderá ser modificado, desde que haja ocorrido alteração para mais ou menos nos totais de eleitorado de cada município.

A fixação do prazo de 180 dias, que não coincide com as publicações de encerramento e comunicação do número de eleitores em cada Comarca, também deverá ser modificada, devendo aí, destarte, a regra ser flexível e não fixa.

Quanto aos dados estatísticos de que se haverá de servir para a fixação do número de membros de cada casa legislativa municipal, nada mais prático de que tais dados sejam fornecidos pela Justiça Eleitoral de cada zona, desafogando o T.R.E. de tais encargos e tornando mais rápida a informação oficial.

Como último problema a ser resolvido, deparar-nos com aquela que é, talvez, o mais grave empeco ao texto da lei em estudo, justamente o que impede que se faça a lei antes de se conhecer os totais do eleitorado dos municípios. Quer o citado parágrafo único do artigo 28 que haja uma lei estadual em cada legislatura, pela qual será alterado o número de vereadores.

Sabendo-se o quanto demora normalmente a tramitação de um projeto de lei, nesta casa, será fácil aqulatar o tempo que demandaria um projeto de lei de tal natureza, praticante, às vésperas do pleito municipal.

O dispositivo da lei orgânica, in casu, fere o bom senso, e, por consequência, o direito. Além do mais, reflete clara a sua inconstitucionalidade, por obstruir o plano cumprimento do artigo 107 da Carta Estadual.

Nestas condições, acredita-se que o bem entendimento nos levará às soluções práticas seguintes:

1º — eliminação do parágrafo único do artigo 28 da Lei Complementar nº 2, mediante sua revogação;

2º — fixação do número de vereadores de forma a assegurar o cumprimento da Constituição e dar mais vida, inclusive, aos legislativos municipais.

Para tais fins, estamos encaminhando dois projetos de leis pertinentes à matéria, dos quais a presente exposição constitui parte integrante.

PROJETO DE LEI Nº 62/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Para os fins do disposto no artigo 107, da Constituição Estadual, o número de Vereadores às Câmaras Municipais é fixado na proporção dos eleitores inscritos no respectivo município, dentro dos seguintes limites, a serem observados a partir da próxima legislatura:

- a) até 32.999 eleitores — 9 (nove) Vereadores;
- b) de 33.000 a 38.999 eleitores — 11 (onze) Vereadores;
- c) de 39.000 a 44.999 eleitores — 13 (treze) Vereadores;
- d) de 45.000 a 50.999 eleitores — 15 (quinze) Vereadores;
- e) de 51.000 a 56.999 eleitores — 17 (dezesete) Vereadores;
- f) de 57.000 a 62.999 eleitores — 19 (dezenove) Vereadores;
- g) de 63.000 eleitores em diante — 21 (vinte e um) Vereadores;

Art. 2º — A Câmara Municipal, tendo em conta os dados fornecidos ou publicados pela Justiça Eleitoral da zona a que pertencer o município, em ato de sua elaboração, declarará o número de membros que lhe cabe adotar, de conformidade com o artigo antecedente.

Art. 3º — O ato da Câmara de Vereadores será repetido antes de nova Legislatura, se alteração superveniente do eleitorado implicar em modificação do número de vereadores.

Art. 4º — A Câmara de Vereadores, declarará, mediante Projeto de Lei, sempre que for o caso, a fixação do número de integrantes, com a antecedência, no mínimo, de 30 (trinta) dias do último prazo concedido para as convenções de escolha dos candidatos.

Art. 5º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições existentes em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 175/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo fixar em importância não excedente a 20 por cento do maior salário-mínimo do Estado, os honorários de serviços dos Despachantes Oficiais de Trânsito. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 181/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. Parecer **favorável** da C.C.J. – **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 150/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que cria no Município de Cascavel o Distrito Judiciário de Juvinópolis, cujas divisas serão determinadas pelo Poder Judiciário. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. – **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI Nº 150/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica criado o Distrito Judiciário de Juvinópolis, no Município de Cascavel, com divisas a serem determinadas e fixadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

a. ODILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Juvinópolis, componente do Município de Cascavel, tem contribuído de forma efetiva e irrefutável para o desenvolvimento não só daquele município mas também de toda a região oeste do Estado.

No entanto, até o presente momento ainda não foi dotado de certos benefícios que lhe permitam prosseguir colaborando sempre e cada vez mais para o contínuo desenvolvimento daquele município.

Dentre estes benefícios, está a exigir a criação do Distrito Judiciário, que permita em face disto a criação e instalação de pelo menos um cartório em sua sede.

Em face da distância considerável que é para Juvinópolis da sede do município, a cidade de Cascavel, inúmeras em sido as dificuldades encontradas pela população daquele distrito, no que tange ao fiel cumprimento de determinadas formalidades legais, isto porque a estrada que liga os dois pontos nem sempre apresenta condições de tráfego normal.

Acreditamos portanto, que o Poder Judiciário de Estado, não poderá permanecer por mais tempo indiferente em face de tal situação, e haverá por bem incluir como distrito judiciário Juvinópolis, permitindo desta forma que o mesmo possa progredir em sua marcha de progresso sem maiores dificuldades, e possibilitando desta forma o fiel e rápido cumprimento das formalidades legais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 150/74

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, visa criar o Distrito Judiciário de Juvinópolis, no município de Cascavel, com divisas a serem fixadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Ao que pese as intenções e a justificativa apresentadas pelo autor do Projeto, nosso entender, a matéria que regula tal procedimento, o qual seja, a criação de Distritos Judiciais, é de competência exclusiva do Poder Judiciário, conforme o disposto no Artigo 91 da Constituição Estadual e Ato Complementar nº 46 de 7 de fevereiro de 1969.

Isto exposto, o nosso parecer é pela **Rejeição** do Projeto de Lei nº 150/74, por ser inconstitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 182/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que dá nova Redação ao Artigo 248 da Lei nº 6.174, de 16/11/70. Pareceres **CONTRÁRIOS** da C.C.J. e C.F. – **REJEITADO.**

PROJETO DE LEI Nº 182/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – O Art. 248, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 248 – O funcionário público com direito a licença especial, poderá exercer as seguintes opções:

I – Deixar de gozar a licença especial e ficar, para todos os efeitos legais, com o seu acervo de serviço público acrescido do dobro do tempo da licença que poderia usufruir;

II – Optar pela conversão da licença especial em dinheiro.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1974.

a) OLAVO FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A concessão da licença especial é um prêmio justo que o Estado concede ao funcionário pela sua antiguidade e dedicação ao serviço público.

Entretanto, o afastamento do funcionário de suas funções, embora temporário, ocasiona sérios transtornos à administração. Isto já foi sentido, tanto que em lei se permitiu que o funcionário converta o gozo dessa licença em acréscimo de tempo ao seu acervo de serviço público. Oportuno pois, que se lhe dê mais um estímulo para que permaneça exercendo as suas funções, permitindo que converta a licença em dinheiro, a exemplo do que fazem vários Estados da Federação e mesmo municípios de nosso Estado. Esperamos o apoio de nossos Pares para esta iniciativa.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 182/74 AUTOR: Deputado OLAVO FERREIRA

A alteração preconizada pelo Autor do presente plano de lei se refere ao segundo item do Art. 248, ou seja, autoriza o funcionário público a “optar pela conversão da licença especial em dinheiro”.

Cumpe primeiramente examinar o aspecto constitucional.
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 25 –

§ 1º – É da competência exclusiva do Governador do Estado, seu regime jurídico.....

Art. 35. – É da competência do Poder Executivo a iniciativa das Leis Orçamentárias e das **que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos...**

O presente Plano de Lei dispõe sobre servidores públicos. **fixa-lhes vantagens e aumenta a despesa.**

Não se discute aqui o mérito.

No âmbito da competência desta Comissão, não se pode negar seja o plano de lei inconstitucional.

Como consequência, opinamos pela sua **REJEIÇÃO**.
Parecer **CONTRÁRIO**.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 182/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira, visa dar nova Redação ao Art. 248, da Lei nº 6.174, de 16/11/1970 – “Estatuto dos Servidores Públicos”.

Sobre a matéria, já se pronunciou a douta Comissão de Constituição e Justiça, argumentando-lhe a inconstitucionalidade.

Na esfera desta Comissão, ante as argumentações da sua inconstitucionalidade, opinamos CONTRARIAMENTE ao mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1975.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente
- a) GILBERTO CARVALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 186/74, de autoria do Deputado Borsari Netto, que denomina “Estação Engenheiro Rozaldo Gomes de Mello Leitão”, a Estação Ferroviária localizada no quilômetro 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 186/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º – Fica denominada “Estação Engenheiro ROZALDO GOMES DE MELLO LEITÃO”, a estação ferroviária localizada no km 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1974.

- a) BORSARI NETO

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente projeto de lei prestar justa homenagem póstuma ao ilustre homem público, Engº ROZALDO GOMES DE MELLO LEITÃO, que foi um dos grandes incentivadores da construção da ferrovia Central do Paraná.

Natural da Paraíba, o engenheiro Rozaldo Gomes integrou-se ao nosso Estado tendo exercido diversas funções públicas na esfera Municipal, Estadual e Federal.

Merecem destaque, entre essas funções, as de Prefeito de Curitiba, Secretário da Fazenda, Interventor Federal Substituto do Paraná, Chefe da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A.

Entendemos que o “Curriculum Vitae” que anexamos complementa a presente justificativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/74

Assinado pelo Deputado Borsari Netto, o presente Projeto de Lei visa denominar de “Estação Engenheiro Rozaldo Gomes de Mello Leitão” a estação ferroviária localizada no quilômetro 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná.

A iniciativa é perfeitamente legal e a mensagem das mais justas.

Pela Aprovação.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) ADALBERTO DAROS – Relator

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/74

Apresentado pelo ilustre Deputado BORSARI NETO, o presente Projeto de Lei tem por objetivo dar a denominação de ESTAÇÃO ENGENHEIRO ROZALDO GOMES DE MELLO LEITÃO à estação ferroviária localizada no quilômetro 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Na realidade se pretende prestar justa homenagem a eminente homem público, e que prestou relevantes serviços à nossa terra e à nossa gente, conforme muito bem discrimina os fatos registrados em curriculum vitae.

Somos, por isso, inteiramente favoráveis à iniciativa, e Pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

- a) ALFREDO GULIN – Presidente

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Tatim, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios, no sentido de que seja instalada uma agência postal no município de Roncador. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado à União dos Municípios da Alta Sorocabana, transmitindo os agradecimentos desta Casa, por haver aquela entidade, que congrega 30 municípios paulistas da Alta Sorocabana, aprovado por unanimidade, em assembléia geral realizada na cidade de Piqueroi; proposição apresentada pelos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Tarabay, solicitando que a referida Associação enviasse moção ao Sr. Governador do Estado do Paraná, visando prioridade para a construção e asfaltamento da Rodovia Maringá-Colorado-Santo Inácio. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja instalada uma agência do referido estabelecimento na sede do município de Guaraqueçaba. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios, no sentido de que seja instalada, uma agência no município de Iretama. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Secretaria de Educação e Cultura, no sentido de estudar as reais possibilidades de serem criadas salas anexas ao Ginásio Estadual Dario Vellozo, na cidade de Toledo, como extensão às vilas de Bom Princípio e São Luiz do Oeste. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Departamento Estadual de Compras, solicitando a prestação de informações, referentes as normas legais obedecidas por aquele departamento na efetivação das compras exigidas pelos órgãos da administração direta do Governo do Estado. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, encarecendo que a legislação educacional seja apri-

rada, no sentido de evitar, a partir do corrente ano, a repetição dos desastrosos e trágicos "troles" que tem ocorrido em nossas faculdades. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à Hora Regi-mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 1/74, 27/74, 32/74, 3/75, 5/75, 11/75, 12/75, 13/75, 18/75, 24/75, 26/75, 28/75, 29/75, 30/75, 31/75 e 43/75.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 149/74 e 181/74.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 186/74.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 272/73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, como nada constasse do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Francisco Escorsin apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 63/74, de autoria do deputado OVIDIO FRANZONI, que autoriza o Poder Executivo a integrar na rede de ensino os Colégios Vidigal e São Lourenço, do município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. PROJETO DE LEI Nº 118/74, de autoria do deputado IVO THOMAZONI, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 139/74, de autoria do deputado IVO THOMAZONI, que declara de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ", com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 156/74, de autoria do deputado FUAD NACLI, que declara de Utilidade Pública a, Sociedade São Vicente de Paulo da cidade de Alto Paraná. PROJETO DE LEI Nº 157/74, de autoria do deputado ANTONIO FRANCO F. DA COSTA, que declara de Utilidade Pública, o 1º de Maio Esporte Clube da Cidade de Curitiba. PROJETO DE LEI Nº 165/74, de autoria do deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 174/74, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Lar São Vicente de Paulo, da cidade de Cornélio Procopio. PROJETO DE LEI Nº 177/74, de autoria do deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, que declara de Utilidade Pública, a "TENDA ESPÍRITA MÃE MARGARIDA", com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 192/74, de autoria do deputado IRIS CALDART, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Exmo. Senhor Desempenhador AURÉLIO FEIJÓ. PROJETO DE LEI Nº 194/74, de autoria do deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MENONITA E ASSISTÊNCIA SOCIAL A.M.A.S., com sede e foro na cidade de Palmeira. PROJETO DE LEI Nº 196/74, de autoria do deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Associação da Igrejas dos Irmãos Menonitas do Brasil, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 27/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 15/75, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1977, os efeitos da Lei nº 6.547,

de 06/07/74. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/74, ex-proposição nº 258/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental a Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/75, ex-proposição nº 226/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de General Carneiro e Inácio Martins, visando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, aplicando dotações e verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/74, ex-proposição nº 118/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com os Municípios que especifica objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/74, ex-proposição nº 177/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com os municípios que especifica objetivando construção de prédios para as Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas naquelas comunas. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/75, ex-proposição número 199/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado através das Secretarias de Segurança Pública e a de Viação e Obras Públicas, com os municípios que especifica, visando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos referidos municípios. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e os Municípios de Pérola, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/75, ex-proposição nº 09/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os municípios de Matelândia e Nova Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de Dotações e Verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/75, ex-proposição nº 225/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, objetivando fornecimento, de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de Dotações e de verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/75, ex-proposição nº 192/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Tapejara, objetivando implantação de complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/75, ex-proposição nº 198/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/75, ex-proposição nº 229/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionado com a saúde mental. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/75, ex-proposição número 224/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o desenvolvimento de programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Mater-Infantil no Estado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/75, ex-proposição nº 03/75, que aprova os Convênios cele-

brados entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias de Segurança Pública e a de Obras Públicas com os municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/75, ex-proposição nº 05/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias de Saúde Pública e os órgãos Federais que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/75, ex-proposição nº 06/75, que aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de Boa Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

a) Lélío Guimarães Sotó-Maior – secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Benedito Lúcio Machado e Luiz Carlos Zuk. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº 79/74, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Porecatu. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 121/74, de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa, relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 124/74, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de dois (2) salários-mínimos a Isaura Ribas, filha de ex-prefeito da cidade de Ponta Grossa e ex-deputado estadual, Brasílio Ribas. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 189/74, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que dispõe sobre licenciamento ou afastamento de servidores do Estado que tange o parágrafo 49 do artigo 99, do Decreto nº 12491, de 05.10.68. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 05/75, de autoria do Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte em concreto armado sobre o rio Jacaré, na estrada que liga os municípios de Santo Antonio da Platina e Barra do Jacaré. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 04/75, de autoria do Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a Avenida Munhoz da Rocha Neto que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 077/75, de autoria do Senhor Deputado Lineu Mansani Turra, que integra em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, os serviços de retificação e pavimentação da estrada que liga as cidades

de Palmeira e Ponta Grossa. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) Teresinha B. de Moura e Claro – secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Accioly Neto, e presentes os Srs. Deputados membros da Comissão: Adalberto Daros, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Enéas Faria, Ivan Rüppel, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, e Waldenício Barbalho, com a presença do Sr. Conselheiro Nacin Bacila Neto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, especialmente convidado, bem como dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, líder da Arena, Muggiati Filho, líder do MDB, Trajano Bastos, autor do Projeto de Lei a ser discutido, Quielse Crisóstomo da Silva, Osvaldo Macedo, Luiz Alberto de Oliveira e Gabriel Sampaio. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, que tem por fim especial colher subsídios para apreciação do PROJETO DE LEI Nº 25/75, que dispõe sobre a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Considerando a importância do Projeto em apreço, convidou o Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, a pronunciar palestra sobre a matéria. De início o Sr. Presidente do Tribunal de Contas expõe sinteticamente o trabalho que elaborou sobre o assunto, através de quatro considerações que concluiu serem as mais importantes: 1. Aspecto Histórico. 2. Aspecto Jurídico. 3. Quadro Paranaense. 4. Considerações a respeito do Projeto de Lei propriamente dito. Concluiu que o art. 33, o art. 39 e seus §§, da Constituição Estadual definem a competência para esta Casa legislar sobre a matéria. Ainda, o Decreto-Lei nº 169, de 1967, e Decreto-Lei nº 200 estabelecem normas de administração financeira. Disse que cabe, portanto, ao legislativo iniciativa para legislar sobre administração financeira. E, assim, o Projeto de Lei nº 25/75, de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos é perfeitamente legal e constitucional, como também comprova o art. 45 da Constituição Federal, e apoia-se ainda em Pontes de Miranda. Antes de entrar em debate com os Srs. Deputados presentes, fixou pontos relevantes, que não podia deixar de ressaltar: Existem nove empresas de Economia Mista no Paraná, somando um ativo de 7,6 vezes maior que o Orçamento Geral do Estado. Em algumas Sociedades de Economia Mista do Paraná (Badep, Café do Paraná, etc.) a participação do Estado é superior a noventa por cento da sua constituição. Em seguida o Sr. Conselheiro, Nacin Bacila Neto entregou cópia do trabalho elaborado aos Srs. Deputados membros da Comissão, para melhor apreciação e estudo. O Sr. Presidente da Comissão declara livre a palavra para, quem dela quiser fazer uso. O Sr. Deputado Trajano Bastos esclareceu que não se sente apto para discutir melhor a matéria, restando a satisfação de ver que autoridade como Dr. Bacila Neto o apreciou sobremaneira. Agradeceu, ainda, o apoio recebido, bem como, a presença do ilustre Presidente do Tribunal de Contas. Esclareceu que o povo quer saber e é necessário que saiba da aplicação do seu dinheiro. Agradeceu, também, o Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, o convite recebido para comparecer à reunião. O Sr. Deputado Luiz Roberto Soares

congratula-se com o Presidente da Comissão pela feliz iniciativa, quanto ao convite formulado ao Presidente do Tribunal de Contas. Indagando ao Sr. Conselheiro Nacin Bacila Neto, se o Tribunal de Contas do Estado está preparado para a fiscalização das Sociedades de Economia Mista, como está sendo prevista? O Sr. Conselheiro esclareceu que já apresentou ao Sr. Governador do Estado um pequeno trabalho sobre a Lei nº 6.636, que trata da Reforma Administrativa do Estado. Verificou que existe uma falha, nesta Lei, quanto à forma de controle, e comprometeu-se a encaminhar a esta Casa cópia do trabalho elaborado, que objetiva a criação de uma nova estrutura no Tribunal de Contas para que possa funcionar adequadamente, com uma estrutura técnica e especializada. Afirmou que o Tribunal de Contas é um órgão a cavaleiro e que deve criar e institucionalizar formas de controle dentro de sua própria estrutura, como também, deve ocorrer aqui nesta Assembléia Legislativa. O Sr. Deputado Deni Schwartz afirma que viu nascerem e proliferarem as Sociedades de Economia Mista, e indaga se estas sociedades não foram criadas exatamente para não prestarem contas ao Tribunal? O Sr. Conselheiro Nacin Bacila Neto convida ao nobre Deputado Deni Schwartz a fugir do Paraná, e verificar que a intervenção estatal na iniciativa privada tem início a partir da Segunda Guerra Mundial; que, em todos os países, socialistas ou não, é marcante a presença desses seres estatais, mas que agora é chegada a hora de fazer o controle político e financeiro. O Sr. Deputado Nilso Sguarezi, em poucas palavras, congratulou-se com o acontecimento, e segundo os dados estatísticos apresentados hoje, e o que vemos até no âmbito nacional, quem terá brevemente o Poder do Estado nas mãos serão as Sociedades de Economia Mista, isto se o Estado não tiver um controle imediato. O Sr. Conselheiro concorda plenamente com o problema e vai além da expectativa, embora o Estado seja o maior acionista nessas companhias. Os Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho, líderes da Arena e do MDB, usam da palavra para se congratularem com a Presidência da Comissão, bem como com o Presidente do Tribunal de Contas, pelos debates elucidativos e de alto alcance, e agradeceram o convite formulado para participar da reunião, concordando com o que foi exposto. O Sr. Deputado Ivo Thomazoni indagou ao Sr. Conselheiro sobre a hierarquia da Lei Estadual sobre uma lei ordinária Federal? O Sr. Conselheiro esclareceu que os argumentos citados correspondem ao que se refere à competência, E, que o art. 45, da Constituição Estadual, interpretado com o art. 200, da Constituição Federal assegura ao Poder Legislativo competência para legislar a respeito da matéria. Disse, ainda, que o Projeto de Lei nº 25/75 tem o mérito de levantar o problema, pois o dinheiro público tem que ser fiscalizado, politicamente pela Assembléia Legislativa, e tecnicamente pelo Tribunal de Contas. Encerrados os debates o Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, agradeceu a presença do ilustre Conselheiro, Dr. Nacin Bacila Neto, bem como dos seus Assessores, e manifestou cumprimentos pela judiciosa palestra proferida e pelo brilhantismo dos debates. Agradeceu, ainda, a presença dos nobres líderes da Arena e MDB e demais Deputados presentes. Solicitou aos Srs. líderes, Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho, bem como ao Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Waldenício Barbalho, que acompanhassem o Sr. Conselheiro Dr. Nacin Bacila Neto, até a saída do prédio. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) Rita Celestino Soares – secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e hum dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Accioly Neto, e presentes os Senhores Deputados: Waldenício Barbalho, Deni Schwartz, Fabiano Braga Cortes, Luiz Roberto Soares, e Ezequias Losso, bem como o Senhor Assessor, Francisco José da Cunha Gebran. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) – PROJETO DE LEI Nº 31/75, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk. Dispõe sobre a Cobrança de Taxas Estaduais (Taxa Florestal). Relator Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Deferido pedido de vista ao Sr. Deputado Deni Schwartz. 2) – PROJETO DE LEI Nº 42/75, de autoria do Senhor Deputado Egon Pudell. Cria o Distrito Judiciário de São Pedro, no município de Toledo, e dá outras providências. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer contrário. Aprovado. 3) – PROJETO DE LEI Nº 43/75, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Cria o município de Tupanssi, desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com sede e divisas do atual Distrito do mesmo nome. Relator Deputado Ezequias Losso. Requer seja convertido em diligências junto ao Autor do mesmo, a fim de que seja anexados documentos necessários à Instrução do Processo. Deferido. 4) – PROJETO DE LEI Nº 47/75, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, dispõe sobre a gratificação de produtividade quando o Servidor Público venha a estar à disposição de qualquer órgão público, federal, estadual ou municipal. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer contrário. Aprovado. 5) – PROJETO DE LEI Nº 52/75, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Dá nova redação ao artigo 181, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. (Vantagens ao funcionário público quando em licença para tratamento de saúde). Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 129/74, de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo. Cria no município de Matelândia, o Distrito Administrativo de Diamante do Oeste. Relator Deputado Ezequias Losso. Requer seja convertido em diligência junto ao citado município, a fim que o mesmo anexe documentos necessários ao processo. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) Rita Celestino Soares – secretária

DECRETO LEGISLATIVO N. 339/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 710/75, de 29 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de PEDRO LIBERTI, ocupante do cargo de nível "PL 23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 340/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o N. 1917/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LEONILDA BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE ACAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 341/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 643/75, de 28 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALMIR SANTOS, ocupante do cargo de advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N. 342/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 649/75, de 28 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1974, em favor de WILSON KAIEL, ocupante do cargo de nível PL-21, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 343/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1609/75, de 5 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ ARY NASSIF, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CARVALHO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 334/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 506/75, de 22 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUIZ LIMA, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transportes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 345/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1801/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica autorizado o Diretor Geral a contratar, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para prestarem serviços na instalação e manutenção dos equipamentos de som e imagem desta Casa, os seguintes Técnicos:

MOACIR ALFREDO BRIDI, com salário de Cr\$ 2.500,00
(dois mil e quinhentos cruzeiros)
ROALDO RONES DE OLIVEIRA, com salário de Cr\$
1.600,00 (hum mil e seiscentos cruzeiros)

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de abril de 1975, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, 16 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 346/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 650/75, de 29 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JORGE MATHIAS JUNIOR, ocupante do cargo de nível PL “28”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, 21 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 347/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1578/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de THEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 348/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 707/75, de 29 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto no Art. 150, da Lei N. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EDMIR ENEZIO DA SILVA, ocupante do cargo de nível “PL23”, da Série de Classes de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 349/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1357/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EDISON HEIBEL, ocupante do cargo de nível PL23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, 21 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 350/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 732/75, de 30 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de SEVERO OLIMPIO SOTTO-MAIOR, ocupante do cargo de nível “PL-27”, da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro”, em 21 de maio de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 351/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que constado processo protocolado sob o nº 1006/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANA CRISTINA SOUZA, ocupante do cargo de nível PL-18 da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 21 de maio de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 352/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1043/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DULIO DIAS, ocupante do cargo de Oficial de Administração PL-23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 353/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1441/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 em favor de IGLAIR SMANIOTTO, ocupante do cargo de nível PL-22, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias do ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 354/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1327/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ZILDETE TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível PL-21, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 355/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1464/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, ocupante do cargo de nível PL-28, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 356/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2.260/75, de 19 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOÃO FARIAS, ocupante do cargo de nível PL22, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 357/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 614/75, de 27 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NICANOR DE VASCONCELLOS SOUZA, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 357/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 614/75, de 27 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de WALTER JOSÉ PEIXER, ocupante do cargo de nível PL-28, da Série de Classes de Técnico em Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 359/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1562/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NELSON AUGUSTO ARAUJO, ocupante do cargo de nível PL- 20, da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que

deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 360/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1712/75, de 6 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NELITA RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL-21, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" 21 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 361/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 596/75, de 27 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GABRIEL QUESADA FILHO, ocupante do cargo de nível PL-28, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 363/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1191/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ADEL METRING FRANCALLACCI ESPINOLA, ocupante do cargo de nível PL-28, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Operacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 364/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 871/75, de 5 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUCIANO LACERDA FILHO, ocupante do cargo de nível PL-27, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 365/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 525/75, de 22 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALBERTO CARAZZAI NETO, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 366/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob

O n.º 412/75, de 20 de janeiro de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, ocupante do cargo de nível PL-28, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 367/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1559/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IRACILDA SILVA SERTÓRIO, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 21 de 05 de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 368/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1353/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de FRANCISCO DRANKA, ocupante do cargo de nível PL-30, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 21 de maio de 1975

a) PAULO AFFONSO DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a- MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário